

18 NOV 2015

# FOLHA DE S. PAULO

# Ministros do STF pedem lei equilibrada para resposta

Gilmar Mendes e Luiz Fachin defendem legislação específica para o tema

**OAB entrou com ação de inconstitucionalidade; titular da Secretaria de Comunicação diz que pode haver correção**

Os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes e Luiz Edson Fachin indicaram nesta terça-feira (17) que defendem a necessidade de uma lei específica, mas equilibrada, sobre direito de resposta.

A norma é necessária, dizem, para cobrir a lacuna existente sobre o tema desde que o STF derrubou, em 2009, a chamada Lei de Imprensa, editada pela ditadura militar (1964-1985). Desde então, o direito de resposta, que está previsto na Constituição, vinha sendo exercido com base nos Códigos Civil e Penal.

Mendes e Fachin não avaliaram especificamente a nova Lei de Direito de Resposta, que foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff após ser aprovada pela Câmara e pelo Senado.

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) questionou no STF trecho que cria um rito específico para a análise de reclamações de ofendidos.

Mendes lembrou que no julgamento sobre a Lei de Imprensa defendeu regras para

o direito de resposta, mas a maioria do tribunal determinou que isso ficaria a critério de cada juiz.

“Isso [direito de resposta] é a Constituição Federal que assegura, mas não é suficiente estar na Constituição. Novos meios estão surgindo a toda hora, Facebook, Twitter. Por isso que precisa de lei específica”, afirmou o ministro, destacando que não examinou a nova legislação.

Fachin disse que o Judiciário pode encontrar um equilíbrio para a questão. Questionado se as regras para direito de resposta na Lei de Imprensa deveriam ter saído de cena, o ministro afirmou que é preciso balancear os lados.

“Esse é o problema quando se aplica a metodologia do limpador de para-brisa: ora muito a cá, e ora muito lá. Talvez o que o Judiciário pode fazer, eventualmente, é encontrar um equilíbrio que não cerceie a liberdade e garanta quando for o caso a resposta. Essa temperança talvez seja o desafio”, disse.

A Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) proposta pela OAB, com pedido de liminar (decisão provisória), tem como foco o artigo 10º da nova lei, que exige uma decisão colegiada de desembargadores para que seja suspensa decisão de primeira

instância favorável a um pedido de direito de resposta.

## ALTERAÇÃO

O ministro Edinho Silva, da Secretaria de Comunicação, afirmou nesta terça que a nova lei deve ser alterada pelo Congresso caso se mostre “desequilibrada”.

“A lei tramitou pela Câmara e pelo Senado e chegou ao Executivo legitimada pelo Legislativo. A presidente vetou apenas o que achou que poderia ser inconstitucional”, afirmou durante evento para empresários em São Paulo. “Se nessa nova fase, da aplicação, a lei se mostrar desequilibrada, ela pode ser corrigida depois no Congresso; leis não são estáticas”, completou Silva.

Colaborou BRUNO FÁVERO, de São Paulo

18 NOV 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## Candidatos à OAB-SP trocam acusações sobre vínculo com PT

Montagens em redes sociais associam duas das principais chapas na eleição a personagens envolvidos em escândalo da Lava Jato

Às vésperas da eleição para a presidência da seção de São Paulo da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), que será realizada nesta quarta-feira (18) em todo o Estado, grupos adversários usaram a internet para trocar acusações sobre supostas vinculações das chapas com o PT.

Candidato à reeleição, Marcos da Costa apareceu nas redes sociais em montagens ao lado do ex-presidente da OAB-SP Luiz Flávio Borges D'Urso e do ex-tesoureiro do PT João Vaccari, preso na Operação Lava Jato.

Costa é aliado de D'Urso, que, por sua vez, é advogado de defesa de Vaccari. Ele nega que sua chapa tenha vinculações com partidos.

“Eu nem conheço [Vaccari], nunca tive contato. O D'Urso é profissional, é advogado dele. Lamento que isso ocorra na eleição da OAB”, afirmou Costa. “Tem candidato que tem problema na chapa dele e então cria uma situação que não existe”.

Também circularam imagens da advogada Valeska Teixeira Martins, que concorre a uma vaga de conselheira na chapa do oposicionista Ricardo Sayeg. Valeska é filha do advogado Roberto Teixeira, amigo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Para Sayeg, o ataque a sua chapa é “ridículo”. “Vejo isso com repúdio, e atribuo à minha condição de liderar a oposição e ser a real ameaça à ruptura desse continuísmo [na direção da OAB]”, disse.

Além de Costa e Sayeg, concorrem à presidência da entidade Raimundo Hermes Barbosa, Sergei Cobra Arbex, João Biazzo e Anis Kfourri.

Maior seção da entidade no país, com orçamento de cerca de R\$ 200 milhões, a OAB-SP tem 282 mil advogados inscritos. (REYNALDO TUROLLO JR.)

18 NOV 2015

# FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

## PASSADO PRESENTE

O relatório parcial da Comissão da Verdade da Prefeitura de São Paulo, que será divulgado hoje, revela que a máquina da administração foi usada para perseguir funcionários públicos na ditadura militar. “Servidores com atuação sindical e política eram punidos com aposentadoria compulsória ou exoneração”, diz Tereza Lajolo, presidente do grupo.

### **PRESENTE 2**

A comissão tratará ainda de temas atuais. Vai recomendar, por exemplo, que o governo estadual e prefeitura discutam regras para impedir o enterro como indigentes, antes que as famílias sejam comunicadas, de corpos de pessoas identificadas. “É algo que ocorre em plena democracia e pode ser comparado à ocultação de cadáveres na ditadura. Vamos deixar isso?”, afirma Tereza.

18 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

# OAB-PR pretende evitar cortes na área social

Presidente eleito, José Augusto Araújo de Noronha, quer fortalecer medidas de combate à corrupção

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - O presidente eleito da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná, José Augusto Araújo de Noronha, afirmou ontem à FOLHA que pretende travar um diálogo franco com o primeiro escalão da gestão Beto Richa (PSDB), de forma a garantir investimentos na área social em 2016. "Vamos convidar o secretário da Fazenda (Mauro Ricardo Costa) e o do Planejamento (Sílvio Barros) para que prestem esclarecimentos sobre a necessidade ou não desses cortes anunciados", disse, em referência à diminuição no aporte de verbas para o Família Paranaense e para o desenvolvimento de ações de defesa dos direitos infantojuvenis.

Conforme a Lei Orçamentária Anual (LOA) enviada à Assembleia Legislativa (AL), o programa de transferência de renda receberá R\$ 18,8 milhões em 2016, queda de 63% em relação a 2015. Já o setor da infância e adolescência terá R\$ 101,8 milhões (-16%) e a Defensoria Pública, que presta assistência jurídica gratuita aos cidadãos, R\$ 44,5 milhões (-68,2%). Até dezembro, o Executivo, que nega queda no número de beneficiários, pode alterar o texto original da LOA.

Outra questão que Noronha promete discutir é a dos fundos estaduais, alvo de polêmica desde a promulgação da lei 18.468/2015, em abril, que permite a incorporação automática dos superávits ao Tesouro Geral do Estado. A medida permitiu, por exemplo, o confisco de R\$ 361,5 milhões do Fundo para a Infância e Adolescência (FIA). "Nós sempre nos posicionamos contra a apropriação, no final do ano, desses fundos. Eles tinham uma destinação específica. É uma situação que vamos analisar com bastante cautela."

Entre as prioridades destacadas pelo presidente eleito estão a intensificação de iniciativas de combate à corrupção e a diminuição da carga tributária. "Nossa proposta é ter uma OAB atuante nesses temas. Vamos primar sempre pela garantia do direito à defesa, ao contraditório. O advogado não pode ser confundido com aquele que comete o delito. Mas também estaremos atentos para cobrar uma maior atuação no que se refere ao respeito ao dinheiro público."

Ele listou como metas o fortalecimento de comissões como a de direitos humanos, a de estabelecimentos prisionais e a de violência de gênero, além da criação de

outras, nas áreas de gestão pública, ensino jurídico e diagnóstico do Poder Judiciário. "Sabemos de todo o empenho do Tribunal de Justiça (TJ) em fazer investimentos, porém precisamos avançar, principalmente na primeira instância."

Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados nos mandatos 2013/2015 e 2012/2014, Noronha comandará a OAB-PR no período 2016/2018, em substituição a Juliano Breda, que faz parte do mesmo grupo político. A chapa encabeçada por ele, a XI de Agosto, recebeu 75,52% dos votos válidos (23.190), contra 24,48% (7.509) de Samir Mattar Assad. O pleito aconteceu anteontem, em 82 cidades do Estado, e o resultado oficial foi confirmado ontem. O novo presidente da subseção de Londrina será Eliton Carneiro.

**CONTINUA**

18 NOV 2015

**FOLHA DE LONDRINA**  
**CONTINUAÇÃO**



*"Estaremos atentos para cobrar uma maior atuação  
no que se refere ao respeito ao dinheiro público",  
diz José Augusto Araújo de Noronha*

18 NOV 2015

## FOLHA DE LONDRINA

# Combate à pedofilia

**A** pedofilia expõe uma chaga da sociedade. Aponta que os adultos não têm conseguido proteger a infância e a adolescência, fases fundamentais e que alicerçam a vida de qualquer pessoa. Ontem, a Polícia Federal (PF) de Londrina identificou 18 suspeitos de cometer crime de pedofilia pelas redes sociais – sendo oito deles menores de idade. Eles foram encaminhados para a Vara da Infância e Juventude e vão responder pelo crime. As investigações começaram em julho, após a PF receber informações sobre a troca de imagens de crianças e adolescentes fazendo sexo ou em poses sensuais.

Nesse caso específico, desbaratado ontem, as informações repassadas à polícia vieram de instituições governamentais e não governamentais do exterior que tem como objetivo combater o crime de pedofilia no mundo. É um trabalho de extrema importância, uma vez que é sabido que adultos conseguem facilmente ludibriar as crianças por meio da rede mundial de computadores. Outra particularidade desse caso é que aponta para o envolvimento de jovens de várias classes sociais. Não é um problema localizado de um pequeno grupo, está disseminado e isso é preocupante.

Além disso, esse esquema tornado público deve deixar um alerta aos pais. A falta de monitoramento da vida digital dos filhos acaba por expor essas crianças. As autoridades alertam para um aumento no número de menores de idade que enviam a namorados e colegas fotos nudes. Sem maturidade para lidar com a questão, e talvez por falta de informações, os jovens que recebem essas imagens compartilham com amigos, em grupos fechados nas redes sociais. É importante que eles sejam alertados que esse comportamento é crime e que pode marcar a vida deles para sempre.

Na outra ponta estão os jovens expostos. As sequelas são irreversíveis e vários são os exemplos mundo afora. É preciso atenção. As facilidades da vida moderna e a correria do dia a dia não podem afastar os pais de seus filhos.

18 NOV 2015

# FOLHA DE LONDRINA

# Adolescentes compartilhavam pornografia infantil pelas redes sociais

Entre outubro e novembro, foram cumpridos 20 mandados de busca e apreensão e 18 suspeitos foram identificados como responsáveis pela disseminação do conteúdo pornográfico

*Nos materiais apreendidos  
há centenas de imagens, algumas  
de crianças a partir dos 2 anos*

Aline Machado Parodi  
*Reportagem Local*

**A** Polícia Federal de Londrina identificou 18 suspeitos de cometer crime de pedofilia pelas redes sociais e apreendeu computadores, tablets e celulares que eram utilizados para distribuir conteúdo pornográfico. De acordo com o delegado chefe da PF de Londrina, Nilson Antunes da Silva, chamou a atenção o número de adolescentes envolvidos com pedofilia.

Foram identificados oito menores de idades que estavam de posse de imagens pornográficas. Eles foram encaminhados para a Vara da Infância e Juventude para responder pelo crime. Os adultos serão indiciados por pedofilia. Apenas uma pessoa, um aposentado de Londrina, foi preso em flagrante e liberado após pagamento de fiança.

Entre outubro e novembro,

a PF cumpriu 20 mandados de busca e apreensão na cidade e em municípios vizinhos como Cambé, Ibiporã e Porecatu. "Identificamos os endereços de onde partiram as imagens e, em outubro e novembro, cumprimos 20 mandados de busca e apreensão, sendo 13 em Londrina. Conseguimos identificar 18 pessoas, sendo que quase 50% são adolescentes", disse o delegado.

As investigações começaram em julho, após a PF receber informações sobre a troca de imagens de crianças e adolescentes fazendo sexo ou em poses sexuais. O delegado explicou que o Brasil tem convênio com instituições governamentais e não governamentais do exterior para combater o crime de pedofilia ao redor do mundo.

Desde 2011, uma alteração na lei passou a considerar crime de pedofilia receber e manter imagens de

crianças e adolescentes. Segundo o delegado, percebe-se um aumento no número de menores de idade trocando este tipo de imagens, principalmente porque virou moda entre os meninos e meninas tirarem fotos nus e compartilhá-las com os namorados. Estas imagens acabam indo parando em grupos de WhatsApp.

Para o delegado, "os pais precisam ter a consciência de fiscalizar o que os filhos estão fazendo na rede mundial de computadores". Uma acusação de pedofilia se torna uma marca que macula a vida do adolescente. "A pedofilia é uma marca que fica para sempre na vida da pessoa. Sempre que sua vida progressa vai aparecer a palavra pedofilia. Ele precisa ter consciência que isso é crime", enfatizou.

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

A Polícia Federal informou que nos materiais apreendidos há centenas de imagens, algumas de crianças a partir dos 2 anos. “Temos trabalhado para identificar as vítimas, mas é muito difícil porque são imagens que estão circulando ao redor do mundo. Podem ser fotos antigas, muitas de crianças e adolescentes do Leste Europeu”, comentou Antunes.

Levantamento da Polícia Federal mostra que os pedófilos estão inseridos em todas as classes sociais. Em Londrina, por exemplo, o crime foi cometido por adolescentes do Jardim São Jorge, na zona norte, e também da Gleba Palhano, na zona sul. O delegado afirmou que eles cometeram o crime por irresponsabilidade mesmo e que tinham consciência do que estavam fazendo, uma vez que não foram aliciados para compartilhar o conteúdo.

O crime está associado ao acesso à tecnologia. Por isso, o delegado chefe alerta os pais sobre a necessidade de monitorar o que os filhos estão acessando na internet. “Hoje, quando você dá um smartphone para seu filho de 7 anos, por exemplo, está inserindo ele num mundo digital sem limites.” Ele revela que já teve casos de crianças enviarem fotos de roupa íntima pela internet, após serem ludibriadas pelos pedófilos.

O trabalho da PF continua para identificar os outros envolvidos no crime e peritos da PF farão análise de todo o conteúdo. Antunes disse que a polícia ainda deve receber mais informações dos monitoramentos feitos pelas instituições que combatem a pedofilia.

18 NOV 2015

18 NOV 2015

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

### Protesto

Representantes do Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA) do Paraná e de outros movimentos sociais fizeram uma manifestação na noite de ontem, antes da abertura da 9ª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, em Curitiba, por conta do esvaziamento de recursos para o setor. Munidos de uma faixa com os dizeres “Cadê o dinheiro do FIA”?, eles questionaram o confisco, por parte da administração estadual, de R\$ 361,5 milhões do Fundo para a Infância e Adolescência (FIA).

### Recursos

Assim como acontece nas instâncias federal, distrital e municipais, a verba do FIA estadual deveria ser empregada, obrigatoriamente, em ações de promoção, proteção e defesa dos direitos infantojuvenis, conforme deliberação prévia do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca), que é um órgão paritário. A promulgação, em abril, da lei 18.468/2015, aprovada pela Assembleia Legislativa (AL), porém, permitiu que a gestão Beto Richa (PSDB) “baixasse” a quantia acumulada por todos os fundos, incorporando-a ao Tesouro Geral do Estado. A única exceção é o de desenvolvimento urbano, administrado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedu), do secretário Ratinho Jr. (PSC).

### Ação contra propaganda do governo

A bancada de oposição na Assembleia Legislativa (AL) ingressou com uma ação popular contra o governo estadual questionando a divulgação de propaganda institucional com o que eles chamaram de “informações falsas” sobre a contratação de policiais entre 2011 e 2014. Segundo os parlamentares, “a propaganda viola os princípios da legalidade, moralidade e publicidade”. Eles pedem, na ação, que os gastos realizados com o anúncio sejam devolvidos ao erário. Conforme a oposição, enquanto o governo informa que 10 mil novos policiais foram contratados no período, na realidade ocorreram 7.033 contratações, sendo 5.145 policiais militares e 1.888 policiais civis. Ao mesmo tempo, destacaram os deputados, deixaram as corporações 2.444 policiais militares e 1.150 policiais civis, apontando que o incremento real do efetivo alcançou 2.701 na Polícia Militar e 738 na Polícia Civil. A ação também pede que o Ministério Público investigue o caso.

## ***Liberdade para as ideias que odiamos e direito de resposta***

O americano Anthony Lewis realizou uma interessante provocação no seu livro, ao defender a “liberdade para as ideias que odiamos”. O autor apresenta casos judiciais em que as decisões da Suprema Corte aprofundaram as liberdades de expressão e imprensa nos Estados Unidos. O ponto central é a garantia de que opiniões contrárias às nossas posições circulem livremente. Merece destaque o clássico direito de privacidade contraposto com o direito da imprensa de divulgar informações ou a utilização do discurso do medo pelos políticos para abafar posições divergentes.

Pode-se extrair do livro que imprensa livre e liberdade de existência de várias fontes de produção de notícia aprofundam o regime democrático do país. E quando a imprensa erra e o indivíduo tem a sua imagem quebrada, como um espelho que cai no chão? Aqui surge o direito fundamental de resposta, que é uma outra — e importante — dimensão da liberdade.

No Brasil, o direito de retificação ou resposta é assegurado na Constituição Federal (art. 5.º, V) e sua regulamentação foi sancionada no último dia 12. Agora, com a Lei 13.188, ficam definidos os critérios de reparação para quem se sentir ofendido “em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social”. A nova norma preenche uma lacuna sobre o tema, oriunda da declaração de inconstitucionalidade da Lei de Imprensa, de 1967, que contrariava o conteúdo da Constituição.

O direito de retratação ou resposta pode ser exercido quando as matérias jornalísticas ataquem, “ainda que por equívoco de informação, contra a honra, a intimidade, a reputação, o conceito, o nome, a marca ou a imagem de pessoa física ou jurídica identificada ou passível de identificação”.

O direito constitucionalmente assegurado de resposta apresenta duas dimensões. A primeira, de reparar as consequências danosas resultantes do abuso da liberdade de expressão e imprensa, resguardando os direitos da personalidade. O segundo, de recompor a verdade dos fatos apresentados de forma distorcida pelos meios de comunicação, garantindo o direito à informação correta e precisa.

Eventual demanda judicial que envolva as liberdades mencionadas merece um exercício analítico, certa sensibilidade e a mesma métrica por parte dos magistrados. Elementos como gênero, cor, renda e orientação sexual não podem ensejar decisões diferentes se falamos de fatos idênticos. Aqui, o princípio de igualdade deve ser o mesmo no momento da ponderação realizada pelo Judiciário.

O direito de resposta é outra vertente do princípio da liberdade, com status político-jurídico, que foi também assegurada pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica). Estamos falando de um direito humano e fundamental, que não pode ser desconsiderado ou aplicado com uma métrica distinta dependendo, por exemplo, da cor.

O ordenamento jurídico brasileiro sustenta as liberdades de imprensa e de expressão como fundamentais — resguardando-as contra abusos do Estado ou particulares —, em especial para as “ideias que odiamos”. Contudo, o direito de resposta apresenta-se como um fator de neutralização de eventuais agressões decorrentes da liberdade de comunicação. Exercer com sabedoria as liberdades de imprensa e expressão é fundamental, pois o espelho reconstituído com o direito de resposta nunca mais apresentará com perfeição a imagem que existia antes da queda.

**Eduardo Faria Silva** é professor de Direito Constitucional e coordenador da pós-graduação em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Universidade Positivo.

18 NOV 2015

# GAZETA DO POVO

➤ DIREITO DE RESPOSTA

## Ministros do STF defendem lei "equilibrada"

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes e Luiz Edson Fachin indicaram na terça-feira (17) que defendem a necessidade de uma lei específica, mas equilibrada, sobre direito de resposta. A norma é necessária, dizem, para cobrir a lacuna existente sobre o tema desde que o STF derrubou, em 2009, a chamada Lei de Imprensa, editada pela ditadura militar (1964-1985). Desde então, o direito de resposta, que está previsto na Constituição, vinha sendo exercido com base nos Códigos Civil e Penal.

Gilmar Mendes e Fachin não avaliaram a nova Lei de Direito de Resposta, que foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff (PT) após ser aprovada pela Câmara e pelo Senado, uma vez que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) questionou no tribunal trecho que cria um rito específico para a análise de reclamações de ofendidos.

Mendes lembrou que no julgamento sobre a Lei de Imprensa defendeu regras para o direito de resposta, mas a maioria do tribunal determinou que isso ficaria a critério de cada juiz. "Isso [direito de resposta] é a Constituição Federal que assegura, mas não é suficiente estar na Constituição. Novos meios estão surgindo a toda hora, Facebook, Twitter. Por isso que precisa de lei específica", afirmou, destacando que não examinou a nova legislação.

Fachin disse que o Judiciário pode encontrar um equilíbrio para a questão. Questionado se as regras para direito de resposta na Lei de Imprensa deveriam ter saído de cena, afirmou que é preciso balancear os lados. "Esse é o problema quando se aplica a metodologia do limpador de parabrisa: hora muito cá e hora muito lá. Talvez o que o Judiciário possa fazer, eventualmente, é encontrar um equilíbrio que não cerceie a liberdade e garanta quando for o caso a resposta. Essa temperança talvez seja o desafio."



Fachin: em busca de equilíbrio para a questão.

18 NOV 2015

## GAZETA DO POVO ENTRELINHAS

### Dia da Consciência Negra tem programação cultural em Curitiba



**R**ealizadas ao longo de todo o mês de novembro, as comemorações da Consciência Negra têm seu ponto alto na próxima sexta-feira (20), dia de Zumbi de Palmares. Na programação cultural, o destaque fica com o palco montado no Largo da Ordem. A iniciativa é uma parceria da Fundação Cultural de Curitiba (FCC) com entidades do movimento negro, como o Centro Cultural Humaitá. A festa começa às 17h, com show do sambista paranaense Gusta Proença, seguido da banda Os Encantados. Às 20h, o grupo Ilu Ijo Agbará promove um samba de roda e afoxé. A festa termina com a apresentação das escolas de samba curitibanas Mocidade Azul e Imperatriz da Liberdade.

#### **Sem feriado**

Dois anos após a aprovação da lei que institui o Dia da Consciência Negra como feriado, em Curitiba, a matéria segue parada no STF. À época, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) acatou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) da Associação Comercial do Paraná (ACP) e do Sindicato da Construção Civil do Paraná (Sinduscon-PR), por entender que não caberia ao município, e sim ao governo federal, instituir tal data. A Câmara de Curitiba, por sua vez, alega que não cabe ao TJ, e sim ao STF, definir sobre a constitucionalidade da questão. O tema aguarda parecer do relator, o ministro Gilmar Mendes.

18 NOV 2015

# GAZETA DO POVO

## Após acordo com MP, governo estadual vai devolver dinheiro da infância

Os R\$ 360 mi do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) tinham ido para no caixa do estado por meio de uma brecha legal aberta pelo pacote de Richa

| Naiady Piva

O governo do Paraná vai devolver os cerca de R\$ 360 milhões confiscados do Fundo da Infância e Adolescência (FIA). O dinheiro, destinado às ações do Conselho Estadual da Criança e Adolescência (Cedca), foi remanejado para o caixa do estado, por meio de uma brecha criada no chamado "pacote" de Beto Richa, no início do ano. A devolução foi acordada pela Secretaria de Estado da Fazenda em reunião com o Ministério Público do Estado do Paraná (MP).

O acordo foi anunciado pelo procurador Olympio de Sá Sotto Maior Neto na abertura da Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, na noite de terça-feira (17). Os R\$ 205 milhões cujo destino já foi definido pelo Cedca retornam imediatamente ao FIA. O valor excedente será devolvido com correção inflacionária, por meio do Fundo da Pobreza ou do caixa único do estado, segundo o procurador.

Presente no evento, a secretária estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social, Fernanda Richa confirmou o acordo. Segundo ela, o FIA hoje conta com R\$ 355 milhões, oriundos de doações e de parte das taxas do Detran.

Fernanda anunciou que na próxima quinta-feira (19) o governador Beto Richa vai assinar um decreto em que obriga todas as empresas estatais do Paraná a depositarem no FIA o valor de 1% devido ao Imposto de Renda. A devolução leva em conta a legislação federal que vincula o dinheiro do fundo às decisões do Conselho. Ao contrário de outros conselhos de controle social, que são consultivos, o Cedca é deliberativo e vinculante. Além disso, a verba do fundo não pode ser destinada a outra área.

A devolução apaziguou os ânimos da conferência, que teve protesto de militantes da infância exigindo saber "onde está o dinheiro do fundo".

Mas o acordo com o MP não resolve totalmente o problema de fundo. A Lei 18.461 — que "autoriza a baixa dos saldos das subcontas" do estado — segue valendo, o que deixa margem para que o governo volte a confiscar o dinheiro do FIA no futuro, na opinião do coordenador do Fórum dos Direitos da Criança e Adolescência no Paraná (Fórum-DCA/PR), Douglas Moreira. Outro problema é

que parte do dinheiro considerado como "excedente" pelo governo do estado na verdade era relativo à verba cujo destino já estava definido pelo Cedca, mas que ainda não havia sido aplicado pela Seds, segundo Moreira.

### Entenda o caso

O confisco do dinheiro do FIA foi informado em reunião ordinária do Cedca em outubro. Na ocasião, o coordenador de orçamento e programação da Sefa, João Luiz Giona Junior, informou que o dinheiro era uma espécie de subconta que registrava um "saldo contábil" ao qual o FIA teria direito, mas que não teria sido aplicado pelo Cedca, por isso o governo fez a retirada.

18 NOV 2015

GAZETA DO POVO

# Oposição ataca venda de imóveis proposta por Richa



Veneri com Requião Filho: petista defendeu corte no orçamento do TJ ou da própria Assembleia.

Líder da oposição na Assembleia questionou o período escolhido pelo governador para a transação

Laura Beal Bordin

Especial para a Gazeta do Povo

O projeto de lei que autoriza o governo do Paraná a vender 61 imóveis em todo o estado para arrecadar R\$ 100 milhões repercutiu entre a oposição, que usou as redes sociais para atacar a medida proposta pelo governador Beto Richa (PSDB).

Na Assembleia Legislativa, o deputado estadual Tadeu Veneri (PT), líder da oposição na Casa, questionou o

período escolhido pelo governador para realizar a venda do patrimônio. “É estranho vender imóveis no período menos recomendado por todos os setores imobiliários. Bons negócios? Para amigos?”, registrou pelo Twitter.

Por telefone, o petista afirmou que o período escolhido pelo governo é inadequado e que o montante que o Executivo busca arrecadar estaria facilmente disponível caso fosse feito um corte no orçamento do Tribunal de Justiça (TJ) ou da própria Assembleia Legislativa. “Em um período de recessão, seria muito mais lógico. Não sei dizer se é má gestão ou direcionamento na venda destes imóveis.”

O deputado federal João Arruda (PMDB-PR), sobrinho

do senador Roberto Requião (PMDB-PR), um dos principais opositores a Richa, por exemplo, afirmou pelo Twitter que o tucano estaria promovendo uma “Black Friday” no Paraná com a venda dos bens.

“Governador Beto Richa organiza um Black Friday para vender os imóveis do Paraná. Só não conseguiu colocar os prédios das escolas no pacote”, escreveu, em referência ao projeto que pretendia fechar algumas escolas no estado — Richa desistiu da medida alguns dias depois.

**CONTINUA**

1 8 NOV 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

Requião, que perdeu a eleição de 2014 para o atual governador, também questionou, abusando da ironia: “Com o vezo imobiliário do Richa em andamento, McDonald estaria interessado em comprar o Palácio Iguaçu para vender hambúrguer?”, disse no Twitter.

A justificativa do governo para a venda é de que as áreas atualmente não têm destinação específica e acabam consumindo recursos públicos que poderiam ser empregados em outras ações. O líder do governo na Assembleia, Luiz Claudio Romanelli (PMDB), defendeu a medida e disse que a previsão de entrada de receita de R\$ 100 milhões com a venda dos imóveis já está prevista na proposta do orçamento para 2016. “É uma medida necessária para fazer a adequação dessas áreas que não servem mais para o estado”, argumentou.

18 NOV 2015

# GAZETA DO POVO

» HONRARIA

## Alep cancela título dado a José Dirceu

Euclides Lucas Garcia

Por 23 votos contra 5 — além de 6 abstenções —, a Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) aprovou na terça-feira (17), em primeira discussão, a revogação da lei que concedeu o título de cidadão honorário do Paraná ao ex-ministro José Dirceu.

Autor da proposta, o deputado Felipe Francischini (SD) justificou ser “inconcebível” que uma pessoa com condenação judicial definitiva pelo mensalão e presa recentemente na Lava Jato “seja detentora de tão nobre título”.

Aprovada pela Assembleia em março de 2003, a honraria a Dirceu partiu da bancada do PT à época, composta por nove deputados, entre eles André Vargas.

Ao ser aberto o painel eletrônico, os líderes do governo, Luiz Claudio Romanelli (PMDB), e da oposição, Tadeu Veneri (PT), questionaram o resultado da votação. Segundo eles, como a lei que trata da concessão de título de cidadão honorário estabelece a exigência mínima de 28 votos favoráveis, para revogar a honraria a Dirceu seria necessária a mesma quantidade. No entendimento do presidente da Casa, Ademar Traiano (PSDB), entretanto, a revogação de leis ordinárias exige apenas maioria simples.

## Oposição vai à Justiça acusando Richa de ter mentido sobre policiais

A bancada de oposição na Assembleia Legislativa do Paraná entrou na Justiça, na terça-feira (17), contra o governador Beto Richa por supostamente divulgar informações falsas em propagandas institucionais do Executivo. Segundo os parlamentares, o tucano mentiu ao afirmar que contratou 10 mil policiais no mandato passado. Na verdade, teriam sido feitas 7.033 contratações. A oposição alega que Richa descumpriu os princípios da moralidade e legalidade previstos na Constituição e, também, a garantia de autenticidade das informações. Na ação popular, a oposição pede o ressarcimento da verba aplicada nas propagandas. O governo defende que o concurso público aberto no 1º mandato de Richa previa a contratação de 10 mil homens. Desses, 7 mil já foram nomeados, e o restante será convocado nos próximos meses.

## Assembleia vai gastar R\$72 mil com flores

A Assembleia Legislativa do Paraná vai desembolsar R\$ 6 mil por mês na aquisição de flores para ornamentação e homenagens. O pregão para contratação de fornecedor foi aberto em 4 de novembro, com valor máximo de R\$ 72 mil anual. Este foi o mesmo preço oferecido pela empresa vencedora do pregão.

## COLUNA DO LEITOR

Ricardo Lewandowski

Causou surpresa no meio jurídico e político a manifestação do ministro Lewandowski (*Gazeta*, 14/11), que incisivamente se pôs em defesa da preservação do mandato da presidente Dilma. Assim agindo, como presidente da corte suprema do país, avaliza a governabilidade estatisticamente decadente e define, também, sua parcialidade e suspeição nos futuros julgamentos. Convém, para o bem da democracia, que os chefes de poder se atenham sempre aos seus limites, sem extrapolar os mandamentos constitucionais.

Osman de Santa Cruz Arruda

18 NOV 2015

## BEMPARANÁ

A Conduta e o Direito Penal

# Recurso em Habeas corpus exige procuração

\*Jônatas Pirkiel

Se o Habeas Corpus pode ser impetrado por "qualquer do povo", em seu favor ou em favor daquele que se achar na eminência ou mesmo cerceado no seu direito de liberdade, o recurso contra eventual indeferimento da medida não pode ser manejado sem que o autor tenha nos autos representação. A procuração é necessária para o regular processamento do feito por Sr aplicado à espécie as condições de admissibilidade dos recursos, de uma forma geral, na forma da súmula 115 do Superior Tribunal de Justiça.

Apesar de matéria processual de menor relevância, quer

porque hoje em dia são raros os casos da proposição de Habeas Corpus sem que o advogado esteja constituído pelo "cliente", quer porque quando impetrado por advogado a medida sempre é instruída com a devida procuração nos autos, até mesmo em face da celebração dos contratos de honorários, onde é consequente a assinatura da procuração.

Porém, como de regra, é mais um caso que chega ao Superior Tribunal de Justiça e o recurso nem mesmo é conhecido, ante a falta das condições formais de sua admissibilidade, que tem barrado um considerável número de medidas. O entendimento da 5ª Turma do STJ: ...o recurso em habeas corpus deve

ser interposto por advogado com procuração nos autos. Caso contrário, deve ser aplicada por analogia a Súmula 115 do STJ. De acordo com o ministro Reynaldo, "a procuração é um requisito formal, que deve acompanhar a petição do recurso...". Sem estas condições formais o recurso é inadmissível.

São cautelas que devem ser observadas para evitar que a forma prevaleça sobre o conteúdo e faça perecer o direito, ou, quando possível, postergá-lo para que seja apreciado em novo momento processual.

\*O autor é advogado criminalista  
(jônataspirkiel@terra.com.br)

## Direito de resposta

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), se mostrou favorável a uma regulamentação do direito de resposta nos veículos de comunicação, mas disse não ter analisado ainda a nova lei sobre o tema, aprovada pelo Congresso e sancionada pela presidente Dilma Rousseff na semana passada. De acordo com o ministro, há questões "técnicas" sobre o assunto que exigem legislação. "Isso (direito de resposta) é a Constituição Federal que assegura, mas não é suficiente estar na Constituição. Novos meios estão surgindo a toda hora... Facebook, Twitter. Por isso é preciso de lei", disse o ministro.

## OAB

Na segunda-feira, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entrou com uma ação no STF para questionar trecho da lei do direito de resposta, de autoria do senador paranaense Roberto Requião (PMDB). A entidade quer derrubar artigo da legislação que exige análise por um juízo colegiado para suspender direito de resposta concedido por um juiz. Na prática, com a nova lei, a contestação do direito de resposta pelo veículo de imprensa não pode ser julgada de forma monocrática.

## José Augusto de Noronha é eleito presidente da OAB-PR

A seccional Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil já tem um novo presidente. É o advogado José Augusto Araújo de Noronha, da chapa XI de Agosto, que venceu o grupo encabeçado por Samir Mattar Assad, da chapa Nova Ordem. Noronha é o atual presidente da Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná e vai substituir Juliano Breda.

## JORNAL DO ÔNIBUS

### NOTA POLÍTICA

#### Eleição na OAB

A seccional Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil já tem um novo presidente. É o advogado José Augusto Araújo de Noronha, da chapa XI de Agosto, que venceu o grupo encabeçado por Samir Mattar Assad, da chapa Nova Ordem.

18 NOV 2015

## BEMPARANÁ

### Doutor

O cientista jurídico e professor Francisco Carlos Duarte participou no último dia 13, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), da avaliação de tese acadêmica produzida pelo Desembargador Federal Paulo Afonso Brum Vaz, que preside a 5ª turma do TRF4. Com a aprovação da tese com nota máxima, o magistrado obteve o título de doutor em Direito.

---

### Livro

A jurista e psicanalista Silvane Maria Marchesini acabou lançar o livro *O Direito a ter criança fora da sexualidade*, que coloca frente a frente duas áreas: o Direito e a Psicanálise. Ela analisa o direito de adoção dos casais homossexuais e o direito de casais, homo ou heterossexuais, de se beneficiarem das técnicas médicas de procriação assistida e de gestação por mãe de aluguel.

---

### Magistratura

Na sexta-feira (20/11), a Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná promove seminário sobre a carreira da Magistratura do Trabalho, com palestras de diversos juizes e desembargadores. O evento é gratuito. Mais informações pelo telefone (41) 3232-3024 ou [ematra@ematra9.org.br](mailto:ematra@ematra9.org.br).

### ICMS

Questões polêmicas sobre ICMS serão abordadas durante evento que acontece em Curitiba, no dia 26 de novembro, organizado pela OAB Paraná e Escola Superior de Advocacia - ESA. O curso será ministrado pelo advogado Ricardo Hildebrand Seyboth, integrante da equipe do escritório Assis Gonçalves, Kloss Neto e Advogados Associados. Inscrições e informações [www.esa.oabpr.org.br](http://www.esa.oabpr.org.br), e (41) 3250-5750.

### Direito sumular

Súmula nº 516 do STJ- A contribuição de intervenção no domínio econômico para o Incra (Decreto-Lei n. 1.110/1970), devida por empregadores rurais e urbanos, não foi extinta pelas Leis ns. 7.787/1989, 8.212/1991 e 8.213/1991, não podendo ser compensada com a contribuição ao INSS.

# TRIBUNA DO PARANÁ 18 NOV 2015

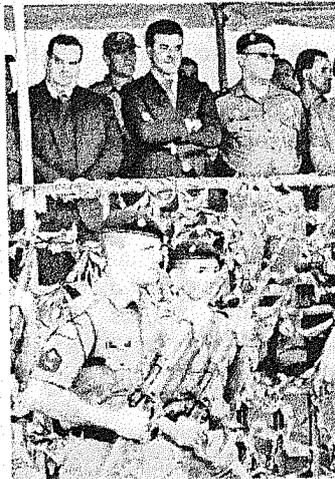
# NA JUSTIÇA!

## Oposição acusa Beto Richa de mentir sobre número de policiais contratados

Euclides Lucas Garcia

**A** bancada de oposição na Assembleia Legislativa entrou na Justiça ontem contra o governador Beto Richa (PSDB) por supostamente divulgar informações falsas em propagandas. O tucano teria mentido ao afirmar que contratou 10 mil policiais no mandato passado. Na verdade, teriam sido feitas 7.033 contratações.

Há cerca de um mês, a base aliada a Richa rejeitou requerimento que solicitava ao governo o número de policiais civis e militares contratados



Propaganda fala em 10 mil.

e aposentados entre 2011 e 2014. No entanto, de posse dos dados da Secretaria de Segurança Pública (Sesp) via Lei de Acesso à Informação, o líder do PMDB, Nereu Moura, afirmou que foram contratados 1.888 policiais civis e 5.145 militares nos últimos quatro anos. Ao mesmo tempo, 3.594 homens deixaram

as corporações. Portanto, o efetivo policial teria saltado de 22.446 pra 25.885 - aumento de 3.439 homens.

Com base nos números, a oposição alega que Richa descumpriu os princípios da moralidade e legalidade previstos na Constituição e, também, a garantia de autenticidade das informações públicas estabelecida pela Lei de Acesso à Informação. Dessa forma, o tucano teria cometido ato de improbidade administrativa.

Na ação, a oposição pede ressarcimento da verba aplicada nas propagandas que trataram da contratação de policiais.

A Sesp defende, por outro lado, que o concurso público aberto no primeiro mandato de Richa, previa a contratação de 10 mil homens. Desses, 7 mil já foram nomeados, e o restante será convocado nos próximos meses. O atraso, segundo a pasta, se deveu a questões burocráticas já superadas.

## FLORES AOS DEPUTADOS

**A** Assembleia Legislativa vai desembolsar R\$ 6 mil por mês na aquisição de flores pra ornamentação e homenagens. O pregão pra contratação foi aberto no último dia 4 de novembro, com valor máximo de R\$ 72 mil por ano - o mesmo preço oferecido pela empresa vencedora. De acordo com a justificativa pra licitação, "a contratação se faz necessária devido ao grande número de eventos organizados por esta Casa de Leis que necessitam de ornamentação". O detalhamento do edital apresenta os itens do contrato, como buquês de rosas naturais, flores do campo, vasos e cachepô com lírios e orquídeas, arranjos de flores nobres, da época e tropicais, ramalhetes e buquês pra homenagem de diversos tipos, arranjos de mesa e outras plantas como suculentas, pimentas e bromélias.

## EX-CIDADÃO

**P**or 23 votos contra 5 e 6 abstenções -, a Assembleia Legislativa aprovou ontem a revogação da lei que concedeu o título de cidadão honorário do Paraná ao ex-ministro José Dirceu. Ele está preso por participação no esquema investigado pela operação Lava Jato.

## CORTES

**O** governo Dilma Rousseff aplicou um corte de R\$ 530,8 milhões nos orçamentos do Judiciário, do Congresso, do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União (TCU) pra 2016. A maior contenção ocorreu nas verbas do Judiciário. Foram R\$ 378,1 milhões.

18 NOV 2015

# TRIBUNA DO PARANÁ

MARIA LETÍCIA FAGUNDES

## Agressão sexual afeta a saúde mental

**D**ezessete por cento das mulheres em os EUA dizem ter sido vítimas de estupro ou sofrido ao menos uma tentativa. No Brasil os números também são assustadores, e 52 mil estupros foram notificados no ano de 2014 em todo território nacional.

As mulheres são mais propensas a desenvolver um transtorno mental em algum momento de suas vidas se elas sofreram estupro, agressão sexual, perseguição, ou violência por parceiro íntimo, de acordo com um novo estudo publicado no *Journal of the American Medical Association*.

Especialistas dizem que as novas descobertas destacam o quão fortemente os dois problemas estão interligados.

Pesquisadores na Austrália analisaram dados de saúde a partir de uma amostra nacionalmente representativa de mulheres australianas entre as idades de 16 e 85 anos de idade.

Os episódios de agressão sexual, perseguição, e outras "violência de gênero" eram muito comuns, cerca de 27% do grupo sofreu ao menos um episódio de abuso.

Cinquenta e sete por cento das mulheres com um histórico de violência sexual também tinham um histórico de depressão, transtorno bipolar, estresse pós-traumático, abuso de substâncias, ou ansiedade (incluindo transtorno do pânico e transtorno obsessivo-compulsivo), contra 28% das mulheres que não tinham experimentado a violência baseada de gênero.

Entre as mulheres que haviam sido expostos a pelo menos três tipos diferentes de violência, a taxa de transtornos mentais ou abuso de substâncias subiu para 89%. Destacando que os episódios de violência de gênero, muitas vezes ocorrem muito cedo na vida das mulheres, enquanto que os transtornos mentais na maioria das vezes

são percebidos anos mais tarde.

Cerca de um quinto das mulheres que vivem nos EUA dizem ter experimentado a violência por parceiro íntimo (que inclui a violência doméstica), perseguição ou ambos. E 17% disseram ter sido vítimas de estupro ou tentativa de estupro, de acordo com o estudo.

Esta semana foi publicado o relatório anual que trata da violência contra a mulher aqui no Brasil. Os dados mostram que o número de mulheres assassinadas no território nacional atinge 4,8 homicídios para cada 100 mil mulheres. Preocupante e inaceitável.

Só podemos desejar um futuro mais esperançoso para ajudar milhares de mulheres que realmente precisam.



**Maria Letícia Fagundes**  
é médica ginecologista

faleconosco@  
marialeticiafagundes.com.br